

Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

entre

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.,
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

e ainda,

SERVENG-CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA,
como Fiadora

Datado de
17 de agosto de 2015



Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora,

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, n.º 255, CEP 02064-120, Vila Maria, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 45.083.219/0001-30, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("**Emissora**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, da Emissora ("**Debenturistas**") e, individualmente, "**Debenturista**"),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures de 4ª (quarta) emissão da Emissora, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento] ("**Agente Fiduciário**"); e

na qualidade de fiadora,

SERVENG-CIVILSAN S.A. EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Deputado Vicente Penido, n.º 255, CEP 02064-120, Vila Maria, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 48.540.421/0001-31, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("**Fiadora**");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A." ("**Escritura**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.1.1. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 17 de agosto de 2015 ("AGE da Emissora"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como a constituição do Penhor de Ações (conforme abaixo definido) no âmbito da Emissão (conforme abaixo definido); e

1.1.2. Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Fiadora, realizada em 17 de agosto de 2015 ("AGE da Fiadora"), na qual foi deliberada a concessão da Fiança (conforme definido abaixo), conforme disposto no Estatuto Social da Fiadora.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, item I do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), apenas para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, sendo que tal registro está condicionado à expedição de diretrizes a serem especificadas pela ANBIMA.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata da AGE da Emissora será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Folha de São Paulo" ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações; e



2.2.2. A ata da AGE da Fiadora será registrada na JUCESP, e será publicada nos Jornais de Publicação.

2.2.3. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE da Emissora e da AGE da Fiadora, devidamente arquivadas na JUCESP, bem como das referidas publicações, em até 05 (cinco) dias contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.3. Arquivamento da Escritura e Eventuais Aditamentos na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Depósito Eletrônico para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida instrução.

2.5. Registro da Fiança e do Penhor de Ações

2.5.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos, em função da garantia fidejussória, bem como o Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido) serão registrados em até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados das respectivas datas de assinatura na JUCESP, no caso desta Escritura, e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo") e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de Janeiro"), na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos casos desta Escritura e do Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido). A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente arquivada na JUCESP e da Escritura e do Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido), devidamente registrados no Cartório de São Paulo e no Cartório do Rio de Janeiro em até 10 (dez) dias contados da obtenção dos respectivos registros.

2.5.2. A Companhia apresentará ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da assinatura do Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido), a comprovação da averbação do Penhor de Ações (conforme abaixo definido) nos registros e extrato de conta de depósito da CCR S.A. perante a instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da CCR S.A., nos termos do Contrato de Penhor de Ações (conforme abaixo definido).



CLÁUSULA III

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) participar do capital ou dos lucros de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária; (ii) participar de empreendimentos imobiliários, florestais, hoteleiros e outros; (iii) prestar serviços procuratórios de representação por conta de terceiros, assessoria e intermediação em vendas; (iv) prestar serviços de processamento de dados, controle de qualidade e pesquisa de viabilidade de negócios; (v) prestar serviços gerais de conservação, manutenção e administração de bens próprios, móveis, imóveis, máquinas e veículos; e (vi) manter quaisquer outros serviços auxiliares à consecução de seus objetivos, que independam de registro prévio ou de autorização governamental.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 4ª (quarta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 4ª Emissão da Soares Penido Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e a Fiadora ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido).

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles referidos no artigo 109 da



Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão ou adquirirão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante e o escriturador é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª emissão de debêntures da Companhia e resgate antecipado da totalidade das debêntures 2ª emissão de debêntures da Companhia, sendo que o restante poderá ser utilizado para reforço de caixa para investimento no projeto Ventos Fortes.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 25 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.



4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, conforme previsto nas cláusulas 4.14 e 4.15 abaixo.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo portanto em 25 de agosto de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado e de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos das Cláusulas VII e VI, respectivamente. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta Restrita:** Serão emitidas 4.100 (quatro mil e cem) Debêntures, totalizando R\$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais), na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de *spread* de 2,68% (dois inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, durante o período compreendido entre a Data de Subscrição e Integralização, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) decorridos desde a Data de Subscrição e Integralização (conforme abaixo definido) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data de seu efetivo pagamento, incidente sobre Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devendo ser paga em parcelas semestrais a contar da Data de Emissão (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J Valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido) informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização (conforme abaixo definido), inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n ;

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left[\left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:



"spread" é igual a 2,6800 (dois inteiros e sessenta e oito centésimos);

"DP" é o número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.1.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.2 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e/ou da Fiadora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 abaixo.

4.2.1.3 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, e/ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar do término do prazo de 10 (dez) dias acima mencionado, convocar assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, que será aplicado observado o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo.

4.2.1.4 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição e Integralização. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial expressa, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.6 Para fins desta Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil.

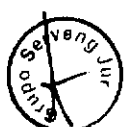
4.2.1.7 Para fins desta Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.3. A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.2.1.2, 4.2.1.3, 4.2.1.4 e 4.2.1.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima, como o aditamento a presente Escritura.

4.3. Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração

4.3.1. O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures será realizado pela Emissora em 9 (nove) parcelas, semestrais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 25 de agosto de 2017, ou conforme o caso, na data de eventual Evento de Inadimplemento ou na Data de Resgate Antecipado Facultativo, na proporção devida a cada um dos Debenturistas, considerando o número de Debêntures por eles detidas, conforme tabela abaixo:



Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
25 de agosto de 2017	11,1111%
25 de fevereiro de 2018	11,1111%
25 de agosto de 2018	11,1111%
25 de fevereiro de 2019	11,1111%
25 de agosto de 2019	11,1111%
25 de fevereiro de 2020	11,1111%
25 de agosto de 2020	11,1111%
25 de fevereiro de 2021	11,1111%
25 de agosto de 2021	Saldo Devedor

4.3.2. O pagamento da Remuneração será, conforme indicado na tabela abaixo, em 12 (doze) parcelas semestrais, nos meses de fevereiro e agosto, a contar da Data de Emissão, ocorrendo, portanto, o primeiro pagamento em 25 de fevereiro de 2016, de acordo com a tabela abaixo:

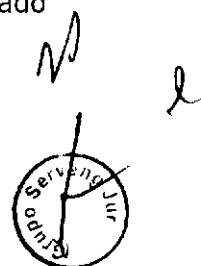
Datas de Pagamento da Remuneração
25 de fevereiro de 2016
25 de agosto de 2016
25 de fevereiro de 2017
25 de agosto de 2017
25 de fevereiro de 2018
25 de agosto de 2018
25 de fevereiro de 2019
25 de agosto de 2019
25 de fevereiro de 2020
25 de agosto de 2020
25 de fevereiro de 2021
25 de agosto de 2021

4.4. Local de Pagamento

4.4.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, ou para as Debêntures que não estiverem depositadas eletronicamente na CETIP: (i) por meio do Banco Liquidante ou (ii) na sede da Emissora ("Local de Pagamento").

4.5. Prorrogação dos Prazos

4.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



4.6. Encargos Moratórios

4.6.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago.

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.8. Preço de Subscrição

4.8.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

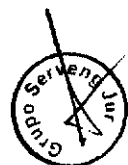
4.9.1. As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data até o término do prazo de distribuição, em observância aos artigos 7-A e 8º da ICVM 476/09 e plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição ("Data de Subscrição e Integralização").

4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.serveng.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas



poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, para as debêntures que estiverem depositadas eletronicamente na CETIP, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.13. Imunidade Tributária

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.14. Fiança

4.14.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Fiadora presta, nesta Escritura, fiança a título oneroso, em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se solidariamente como fiadora responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos do artigo 829, parágrafo único do Código Civil ("Fiança" e "Valor Garantido").

4.14.2 A Fiadora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora do valor total da dívida assumida pela Emissora representada pelas Debêntures na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos juros e encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, até o cumprimento integral das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, descritas nesta Escritura.

4.14.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais e acessórias, previstas nesta Escritura serão pagos pela Fiadora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada a Fiadora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) imediatamente após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura para pagamentos pela Emissora fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.



4.14.4. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.14.5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança.

4.14.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.

4.14.7. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, o Agente Fiduciário notificará a Fiadora para que realize o pagamento devido pela Emissora, na forma na Cláusula 4.14.3 acima.

4.14.8. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

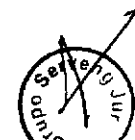
4.14.9. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.14.10. Para fins de análise da suficiência da garantia fidejussória, foram apresentados ao Agente Fiduciário documentos comprobatórios de que a Fiadora possui patrimônio superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor na Data de Emissão.

4.15. Garantias Reais

4.15.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Emissão também contará com a garantia representada por penhor de ações ordinárias em primeiro e segundo grau de emissão da CCR S.A., de titularidade da Emissora, que deverão representar, durante todo prazo de vigência das Debêntures, montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Garantido ("Penhor de Ações" e quando em conjunto com a Fiança "Garantias"), nos termos do Contrato de Penhor de Ações e outras Avenças ("Contrato de Penhor de Ações", respectivamente), sendo que: (i) o montante equivalente a 104% (cento e quatro inteiros por cento) do Valor Garantido deverá ser garantido pelo Penhor de Ações em primeiro grau ("Penhor em Primeiro Grau"); e (ii) o montante equivalente a 46% (quarenta e seis inteiros por cento) do Valor Garantido deverá ser garantido pelo Penhor de Ações em segundo grau ("Penhor em Segundo Grau").

4.15.2. As ações objeto do Penhor em Segundo Grau foram empenhadas, em primeiro grau, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional em Série Única, para Distribuição Pública



com Esforços Restritos de Colocação ("Penhor Existente"). A Emissora concorda expressamente que, em caso de liberação do Penhor Existente, a qualquer título, antes do integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o Penhor em Segundo Grau se constituirá e assumirá a condição de penhor em primeiro grau automaticamente e independentemente de qualquer ato ou formalidade adicional, de forma que o montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Garantido passará a ser garantido pelo Penhor de Ações em primeiro grau.

CLÁUSULA V

ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos termos da cláusula 2.5.1. acima.

CLÁUSULA VI

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e a qualquer momento ("Período de Resgate"), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado o Período de Resgate, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementada pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Todas as Debêntures que vierem a ser resgatadas serão liquidadas na mesma data.

6.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado; (ii) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures será acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado e de encargos devidos e não pagos; (iii) a menção de que sobre o valor do item "ii" acima incidirá um prêmio flat determinado com base na Data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate"); e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.1.2.1. Além do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição e Integralização, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado e de encargos devidos e não pagos, a Emissora deverá pagar prêmio incidente sobre o saldo devedor acrescido da Remuneração das Debêntures que serão resgatadas conforme indicado no período na tabela abaixo ("Prêmio"): 2



Período	Prêmio Incidente
Da Data de Emissão até 25/08/2016 (inclusive)	2,00% (dois por cento)
De 25/08/2016 (exclusive) até o 25/08/2017 (inclusive)	1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento)
De 25/08/2017 (exclusive) até o 25/08/2018 (inclusive)	1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento)
De 25/08/2018 (exclusive) até o 25/08/2019 (inclusive)	0,93% (noventa e três centésimos por cento)
De 25/08/2019 (exclusive) até o 25/08/2020 (inclusive)	0,62% (sessenta e dois centésimos por cento)
De 25/08/2020 (exclusive) até a Data de Vencimento(inclusive)	0,31% (trinta e um centésimos por cento)

6.1.3. No caso de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures que estiverem depositadas eletronicamente na CETIP, o resgate total seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

6.1.4. As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 6.1, serão obrigatoriamente canceladas, não sendo admitido o resgate parcial das Debêntures.

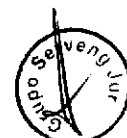
6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1 a 7.1.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição e Integralização ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e eventuais encargos devidos e não pagos, na ocorrência de eventos estabelecidos na legislação aplicável ou ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

(i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;



(ii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal;

(iii) não pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado em até 02 (dois) Dias Úteis contado das respectivas datas de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;

(iv) liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora que implique a alienação do controle acionário direto da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se a referida alienação (a) for realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente de qualquer comunicação; ou (b) for previamente aprovada;

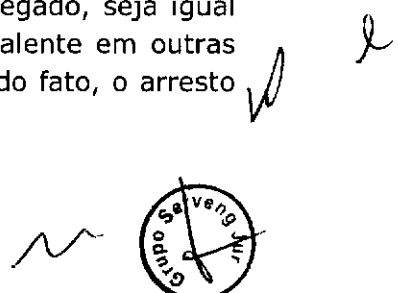
(v) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que resulte no exercício do direito de retirada por acionistas da Emissora, em montante que, em qualquer dos casos, possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura.

(vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado perante o Agente Fiduciário, ou (b) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), no prazo legal;

(vii) não cumprimento de qualquer decisão arbitral definitiva ou decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora em valor individual ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis a partir do referido pagamento, do referido valor, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;

(viii) inobservância e/ou infringência pela Emissora e/ou Fiadora das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho, tais como combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo definidas na Portaria nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

(ix) arresto ou sequestro ou penhora de bens (exceto quando na penhora forem opostos, no prazo legal, os competentes embargos à execução) de bens do ativo permanente da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, o arresto ou sequestro seja cancelado ou suspenso;



(x) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou pela Fiadora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspectos relevantes;

(xi) pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

(xii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(xiii) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou nos documentos da Emissão, conforme o caso, não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da ocorrência do descumprimento, quando não houver prazo específico estipulado para este fim;

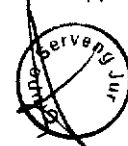
(xiv) caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura sejam falsas ou enganosas, incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(xv) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou defesa da concorrência, entre outros, que possa vir afetar a capacidade operacional ou financeira da Emissora e/ou Fiadora, bem como descumprimento dos Princípios do Equador;

(xvi) Transferência ou alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas;

(xvii) se: (a) houver decisão de juízo competente declarando que qualquer uma das Garantias é inválida ou nula e, desde que tal decisão permaneça em vigor, ou seja, não seja suspensa em decorrência de recursos judiciais interpostos pela Emissora neste sentido e, nesta hipótese, a garantia declarada inválida ou nula não seja substituída pela Emissora no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário; (b) qualquer uma das Garantias não for plenamente constituída e formalizada; (c) em relação ao Penhor de Ações, não houver recomposição da cobertura de 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor, caso a cobertura fique igual ou inferior a 130% (cento e trinta por cento) do saldo devedor, na forma estabelecida no Contrato de Penhor de Ações; (d) de qualquer forma, qualquer uma das Garantias deixar de existir ou for rescindida, não por acordo com os Debenturistas, e não for substituída pela Emissora do prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Emissora de notificação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário;

(xviii) vencimento antecipado ou decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Companhia e/ou de qualquer Controlada e/ou Garantidora, seja como tomadora ou como garantidora, decorrentes de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local



ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e

(xix) arresto, sequestro ou penhora de bens que recaiam sobre quaisquer das Garantias.

7.1.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

7.1.2. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (xi), (xii), (xiii) e (xvi) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.1.2.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 7.1.2 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.2.1. anterior poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário **não declare** o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.3 supra, no caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, deverá o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

7.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nas hipóteses das Cláusulas 7.1.2 a 7.1.4, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à Emissora, com cópia para a CETIP, bem como ao Banco Liquidante, no prazo de 1 (um) Dia Útil, informando o vencimento antecipado.

7.1.6. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 03 (três) Dias Úteis contados do protocolo do recebimento, pela Emissora, da carta mencionada na Cláusula 7.1.5. acima.

7.1.7. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 7.1.6. acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.



7.1.8. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados na Cláusula 7.1 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 7.1.5, no que diz respeito às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 7.1.5 ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- a. os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definido na Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358") e atas de assembleias que envolvam matérias que possam, a critério da Emissora, de alguma forma, impactar os valores mobiliários de emissão da Emissora, afetar sua capacidade de pagamento ou causar efeito adverso relevante sobre as Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 03 (três) Dias Úteis;
- b. no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, cópia de todos os documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário com relação a qualquer incorporação, fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, incluindo cópia das demonstrações financeiras da Emissora levantadas após cada um destes eventos; cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora, que possa resultar, a critério da Emissora, em um efeito adverso materialmente relevante sobre as Debêntures no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do seu recebimento, ressalvado que caso venham a ser solicitados quaisquer desses documentos pelo Agente Fiduciário e que não tenham sido originalmente encaminhados pela Emissora, essa deverá enviá-los em até 3 (três) Dias Úteis;
- c. os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- d. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;



- e. dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, não abrangida pelas demais alíneas deste item (i), a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
- f. dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) todos os dados financeiros, inclusive demonstrações financeiras referentes ao exercício social então encerrado, completas e auditadas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura; (iii) comprovação de que a Fiadora tem patrimônio superior ao valor garantido com data base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, acompanhado dos devidos documentos comprobatórios, (iv) atos societários e (v) todos os demais documentos necessários à realização do relatório mencionado no item (xii) da Cláusula 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;
- g. no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da respectiva inscrição na JUCESP e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura e de seus aditamentos; e
- h. no prazo de até 10 (dez) dias contados da data do registro nos competentes cartórios de títulos e documentos, uma via original do Contrato de Penhor de Ações.
- (ii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, material e adversamente relevante nas condições financeiras, econômicas ou comerciais da Emissora (a) que possa, comprovadamente, afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures; ou (b) que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, a seu exclusivo critério, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (c) que faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora
- (iv) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, administrado pela CETIP, durante o prazo de vigência das Debêntures, efetuando pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao referido registro;
- (v) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as



estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- a. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores no endereço <http://www.serveng.com.br>, e encaminhar à CETIP, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
 - d. manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
 - e. observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - g. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (vi) observar toda a legislação aplicável à Emissora e à Emissão, incluindo, sem limitação, as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com exceção do seu inciso III;
- (vii) comunicar imediatamente à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) convocar, nos termos das Cláusulas 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (xi) não realizar operações fora de seu atual objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xii) não praticar nenhum ato em desacordo com seu atual Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, diretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;



(xiii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive ambientais, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens, bem como com os padrões e diretrizes estabelecidos pelos Princípios do Equador adotando medidas e ações necessárias à prevenção, mitigação, correção e compensação de eventuais danos e/ou irregularidades ambientais e sociais, e declara ainda que a utilização dos valores objeto das Debêntures não implicará violação de seus dispositivos;

(xiv) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures, por si ou por empresa integrante do seu grupo econômico, estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;

(xv) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

(xvi) manter válidas e regulares, inclusive sem questionamentos judiciais, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, esta Escritura, os contratos de Garantia, suas declarações e as garantias apresentadas nesta Emissão, no que for aplicável;

(xvii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

(xviii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(xix) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou Fiadora, de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura;

(xx) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço; e

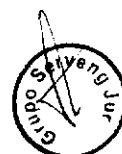
(xxi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

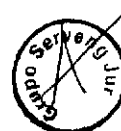
9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração



9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832 do Banco Central do Brasil de 31 de outubro de 1990;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (viii) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (ix) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (xi) que os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;
- (xii) que na data de assinatura desta Escritura, o Contrato de Penhor de Ações será devidamente assinado e os registros desta Escritura e do Contrato de Penhor de Ações serão realizados nos termos da Cláusula 2.5 acima, sendo certo que foram apresentados ao Agente Fiduciário documentos que comprovam que a Fiadora possui, nesta data, patrimônio suficiente em relação ao saldo devedor das Debêntures para outorga da Fiança;



(xiii) o Penhor de Ações deverá ser registrado perante os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, sendo certo que foram apresentados ao Agente Fiduciário documentos que comprovam a cobertura de 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures, nos termos previstos no Contrato de Penhor de Ações;

(xiv) que fará a verificação da suficiência do Penhor de Ações, na cobertura de 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures, na forma estabelecida no Contrato de Penhor de Ações, sendo que declara que, com base na cotação de fechamento das ações emitidas pela CCR S.A. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 10 de agosto de 2015, as ações objeto do Penhor de Ações correspondem ao montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Garantido;

(xv) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões de debêntures da Emissora: (a) 2ª emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures da Emissora, com volume de R\$ 220.000.000,00 na data de emissão e com vencimento em 5 de maio de 2016. Foram emitidas 2.200 debêntures da espécie com garantia real consubstanciada pelo penhor de ações da empresa CCR S.A. e fiança prestada pela empresa Serveng Civilsan S.A.; e (b) 3ª emissão pública com esforços restritos de distribuição de debêntures da Emissora, com volume de R\$ 150.000.000,00 na data de emissão, e com vencimento em 5 de junho 2019. Foram emitidas 1.500 debêntures da espécie com garantia real e garantia fidejussória prestada pela empresa Serveng Civilsan S.A.; e

(xvi) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.



9.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a total liquidação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto iniciará o exercício de suas funções na data do aditamento a esta Escritura relacionado à referida substituição e receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



(v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficiência e exequibilidade;

(ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(x) solicitar, quando comprovadamente se fizer necessário, através de relatório que fundamente a necessidade, auditoria extraordinária na Emissora, que deverá ser arcada por esta;

(xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Circular stamp: "Gratuito Serv. Jurídico"]

- (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (f) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (g) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração, se for o caso;
 - (i) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xii) aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM e na CETIP; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de

Handwritten signatures and stamps:
A wavy line signature.
A circular stamp with the text "O Selo" and a checkmark.
A handwritten number "2" in the top right corner.

obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM; e

(b) à CETIP;

(xix) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas; e

(xx) acompanhar, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2 deste instrumento, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou em seu site (<http://www.oliveiratrust.com.br>).

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

(ii) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(iv) representar os Debenturistas em eventual processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.5.3. Os atos ou manifestações do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como os atos ou manifestações relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando assim previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se somente a agir em conformidade



com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações a ele transmitidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e dos termos e condições desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura e do Contrato de Penhor de Ações, remuneração composta de parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia corrido após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

9.6.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou recomposição das Garantias ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos; e (iv) eventuais serviços de controle das distribuições de lucros da Emissora ou da controlada, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

9.6.1.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura bem como ao Contrato de Penhor de Ações nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

9.6.1.3. As remunerações previstas nas Cláusulas 9.6.1, 9.6.1.1 e 9.6.1.2. acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.1.4. As parcelas da remuneração referenciadas acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir da Data de Emissão, ou ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculados *pro rata die*, se necessário.



9.6.1.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, mediante instrução da Emissora nesse sentido, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.1.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.1.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, sempre que possível, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

9.6.1.8. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios conforme Cláusula 4.6. acima.

9.6.3. As parcelas da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); (iv) Imposto de Renda (IRRF) e (v) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (vi) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.4. Na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima por um período superior a 30 (trinta) dias, referida remuneração será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.]

9.7. Despesas

9.7.1 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não



estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, quando comprovadamente se fizer necessário, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado, em até 30 (trinta) dias corridos, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das cópias dos comprovantes de pagamento.

9.7.3 As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iii) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação quando necessárias ao desempenho das suas funções;
- (iv) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário,



pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

(i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, caso aplicável; e



- (ii) qualquer alteração: (a) na Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.4 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (c) nos Eventos de Inadimplemento e em quaisquer disposições previstas na Cláusula VII desta Escritura; (d) nas regras relacionadas ao Resgate Antecipado Facultativo previstas na Cláusula VI desta Escritura; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das Debêntures; em qualquer destas 6 (seis) hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Fiadora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

11.1. Declarações da Emissora e da Fiadora

11.1.1. A Emissora e a Fiadora, cada qual, declara e garante ao Agente Fiduciário, individualmente e não solidariamente, na data da assinatura desta Escritura, que:

(i) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iii) esta Escritura e a Fiança, prevista acima, constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em nome da Emissora e da Fiadora, as obrigações nela estabelecidas;



(iv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(v) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos negócios da Emissora e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando, quando o caso, as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(vi) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante que cause prejuízos na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que gere prejuízos ou seja relevante para a Emissora, bem como não houve qualquer alteração no capital social.

(vii) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial, material e adverso à Emissora e/ou Fiadora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

(viii) manterá em vigor toda a estrutura de autorizações, instrumentos e contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e a Fiadora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(ix) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(x) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

(xi) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xiii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;



(xiv) tem conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

(xvi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou da Fiadora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, bem como pelo registro da Emissão na CETIP; e

(xvii) com base na cotação de fechamento das ações emitidas pela CCR S.A. na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 10 de agosto de 2015, as ações objeto do Penhor de Ações correspondem ao montante equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do Valor Garantido.

11.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistente, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, a partir da data em que forem prestadas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

Para a Emissora:

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

Rua Deputado Vicente Penido, n.º 255,

CEP 02064-120, São Paulo, SP

At.: Sr. Raymundo Neto

Tel.: (11) 2142-3020

Fax: (11) 2142-3080

E-mail: RNeto@serveng.com.br

Para a Fiadora:

SERVENG-CIVILSAN S.A. – EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Rua Deputado Vicente Penido, n.º 255,

CEP 02064-120, São Paulo, SP

At.: Sr. Raymundo Neto



Tel.: (11) 2142-3020
Fax: (11) 2142-3080
E-mail: RNeto@serveng.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205
CEP 22640-100, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Antonio Amaro / Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / Ger2.agente@oliveiratrust.com.br]

Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.
Núcleo administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco, SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fábio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / 3684-2852
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP – Mercados Organizados:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1559
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a CVM (quando aplicável):

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º e 4º andares
São Paulo – SP
At.: Centro de Consulta da CVM-RJ
Site: www.cvm.gov.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto acima serão arcados pela parte inadimplente.



12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. A presente Escritura, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Custos de Registro

12.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.8. Lei Aplicável



12.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

12.9.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

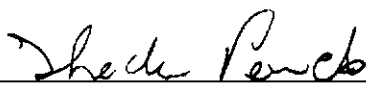
São Paulo, 17 de agosto de 2015.

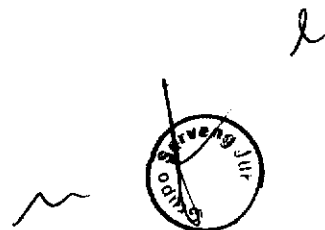
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



Página de Assinatura 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.


Nome: Thadeu Luciano Marcondes Penido
Cargo: Diretor Presidente



Página de Assinatura 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

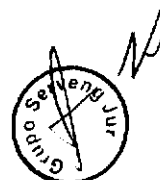
Cargo:


Sofia Regina Menezes
Procuradora

Nome:

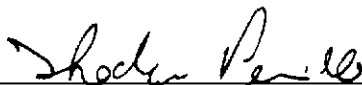
Cargo:


Leonardo Caires P. Moreira
Procurador



Página de Assinatura 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

SERVENG-CIVILSAN S.A. – EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA




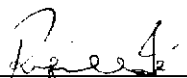
Nome: Thadeu Luciano Marcondes Penido
Cargo: Diretor Presidente



Página de Assinatura 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Testemunhas:


Nome: Edson Lucas França do Nascimento
CPF: RG: 14.455.176-7
CPF: 064.150.218-42


Nome: Regiane Teófilo de Oliveira
CPF: 302.666.878-81

